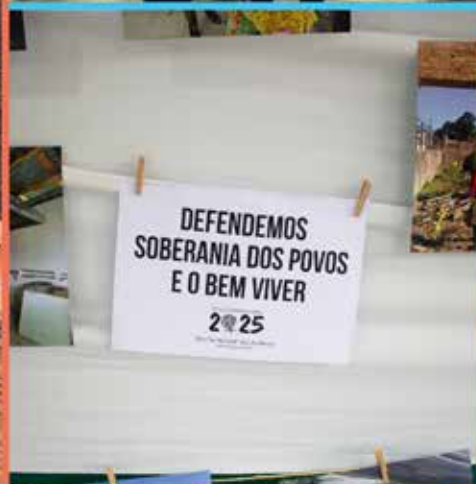


CULTIVANDO RESISTÊNCIA

Economia Popular Solidária e Hortas Urbanas
e Comunitárias como Ferramenta de Transformação







CULTIVANDO RESISTÊNCIA

Economia Popular Solidária e Hortas Urbanas
e Comunitárias como Ferramenta de Transformação

Porto Alegre - RS
2026

E X E C U Ç Ã O



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

O CAMP – Escola do Bem Viver, com alegria, compartilha a cartilha *Cultivando Resistência: Economia Popular Solidária e Hortas Urbanas e Comunitárias como Ferramenta de Transformação*.

Esta publicação é resultado do **Programa de Formação de Agentes Locais de Desenvolvimento Sustentável da Economia Solidária – TF 950813/2023 MTE/ SENAES**, realizado no território do Morro da Cruz, na região leste de Porto Alegre. O projeto contou com recursos oriundos de emenda parlamentar destinados pelas deputadas Maria do Rosário e Reginete Bispo, e pelo deputado Alexandre Lindmeyer.

A iniciativa foi desenvolvida em parceria com o Coletivo Periferia Feminista e diversas instituições e espaços coletivos que se somaram a essa construção coletiva.

O programa teve como principal objetivo promover a formação de mulheres e jovens para a geração de trabalho e renda, fortalecendo a cidadania, os direitos humanos e o enfrentamento da fome. As ações foram direcionadas, prioritariamente, a mulheres, mulheres negras, jovens e adolescentes residentes em territórios periféricos marcados por vulnerabilidades sociais e econômicas, agravadas pelos impactos da pandemia e pela catástrofe ambiental que atingiu fortemente o RS.

Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a proposta contribui especialmente para a promoção da igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres, a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável.

Traduz o conjunto de ações desenvolvidas no território do Morro da Cruz, especialmente a implementação da Horta Comunitária pelo Coletivo Periferia Feminista. O espaço tornou-se referência no território por possibilitar a produção de alimentos, principalmente verduras e temperos, além de atuar como espaço de acolhimento, fortalecimento comunitário e reflexão sobre o direito de todas as pessoas, principalmente mulheres da periferia, a viverem com dignidade.

Boa leitura!

Rosimar de Mattos – Conselho Diretor
CAMP – Escola Bem Viver

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha, idealizada e escrita a várias mãos, é fruto de uma articulação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS (CONSEA-RS), Marcha Mundial das Mulheres RS, Horta Comunitária do Morro da Cruz, CAMP – Escola do Bem Viver e Mandato da Deputada Federal Maria do Rosário. Com recurso de emenda parlamentar, uma série de atividades e iniciativas em educação popular, economia solidária e agroecologia foram promovidas através do Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Popular Solidária/SENAES.

Nosso processo iniciou em meio à crise humanitária e à emergência climática vivida no Rio Grande do Sul (RS) com as enchentes de abril/maio de 2024. Isso motivou, ainda mais, a realização desta cartilha, uma vez que é urgente às cidades a promoção da sustentabilidade e de adaptações às mudanças climáticas. Adaptações essas que reflitam as iniciativas reais que as comunidades, as periferias, os povos tradicionais e a coletividade têm feito para viver e sobreviver às diversas crises que se impõem ao seu cotidiano. Uma dessas crises é a fome, sendo que o Brasil, em julho de 2024, saiu novamente do Mapa da Fome, segundo a FAO¹. Diversas são as iniciativas de cunho popular para garantir o direito humano à alimentação, promovendo segurança e soberania alimentar, dentre elas a Economia Popular Solidária e as Hortas Urbanas e Comunitárias.

Esta cartilha visa evidenciar as transformações e soluções ecológicas/climáticas que já existem e que precisam ser reconhecidas como soluções reais para o desenvolvimento das cidades. Não pretendemos com ela trazer um modelo de como fazer, mas sim evidenciar como um grupo de mulheres, situado num bairro periférico de Porto Alegre/RS, tem transformado o seu cotidiano para o bem viver. A agricultura urbana e periurbana, assim como, de forma entrelaçada, a economia popular solidária, são realidades das cidades. Necessidades para a periferia se alimentar, promover encontros, transformar seu entorno, gerar renda e trabalho.

Contamos na cartilha como o grupo de mulheres do Coletivo Periferia Feminista, de Porto Alegre-RS, foi transformando seu entorno durante a pandemia da COVID-19, enfrentou coletivamente a enchente de 2024 e recentemente foi premiado em primeiro lugar no Prêmio de Agricultura Urbana, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Com o apoio, especialmente do Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana de Porto Alegre-RS (FAUPOA) e de algumas professoras da UFRGS comprometidos com a temática, conseguimos mapear uma série de iniciativas de hortas coletivas de Porto Alegre e região metropolitana. Queremos que o mapeamento seja mais um instrumento de apoio à coletividade para mobilização de políticas públicas que fomentem as hortas comunitárias, a agricultura urbana e periurbana e a economia popular solidária. Quanto mais somos visibilizadas, mais enxergadas somos, mais força temos para lutar e promover políticas públicas em consonância com nossas realidades.

Cabe também destacar o papel do CONSEA-RS (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS) em promover a visibilidade das diferentes iniciativas de promoção de segurança e soberania alimentar. Com empenho coletivo, conseguimos conquistar o Decreto Estadual nº 57.791/24 – Estratégia Estadual de Fomento dos Pontos Populares de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – apelidado de Estratégia dos Pontos Populares de Alimentação, visando reconhecer iniciativas da sociedade civil voltadas ao preparo, à distribuição e à produção de alimentos, bem como à educação alimentar, para que sejam fomentadas pelo Governo do Estado.

*Os tempos vividos nos exigem ousadia para mudar,
resistência para plantar e colher esperanças.*

Cintia Barenho
Presidenta do CONSEA-RS
Gestão 2024/2025

AUTONOMIA



EXPEDIENTE

Assessora Técnica responsável: **Cintia Barenho**

Contribuições: **Any Moraes, Felipe Amaral, Carolina Albuquerque e Adriane Cordonet**

Revisão: **Daniela Oliveira Tolfo e Rosimar de Mattos**

Fotos: **Any Moraes, Cintia barenho, Luiza Castro(Sul21), Mariza Rigo, Robson Farias e Arquivo Periferia Feminista**

Diagramação: **Agência de Arte**



CONSELHO DIRETOR

Lúcia dos Santos Garcia
Luiza Christina Schafer
Rosimar Teixeira de Mattos
Selvino Heck brasileiro

CONSELHO FISCAL

Álvaro Fraga Moreira Benevenuto Jr
Carlos Roberto Winckler
Jorge Luiz de Carlos León

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Daniela Tolfo

EQUIPE DE GESTÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

Ana Maria Cruz **Rosimar de Mattos**
Gilciane Neves **Kate Schmaedecke**

SUMÁRIO

01 - INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos da cartilha	12
02 - HORTAS URBANAS: Uma História de Sementes e Resistência	13
03 - SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: um direito que precisa ser garantido	15
04 - QUEM PLANTA NA CIDADE, REIVINDICA O DIREITO DE PERTENCER	17
4.1 Síntese Analítica do Relatório sobre Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Porto Alegre	19
05 - CULTIVAR A TERRA É CULTIVAR TRANSFORMAÇÃO	24
06 - TERRITÓRIOS DE VIDA: Agroecologia Feminista e Solidária nas Periferias	26
07 - ESTRUTURAÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA	28
7.1 Formação do Coletivo	28
7.2 Ocupação e Legitimidade do Espaço	28
7.3 Infraestrutura: Água, Solo e Sustentabilidade	29
08 - PROJETOS DE IRRIGAÇÃO EM HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS: inserção de atividade de extensão na disciplina de irrigação e drenagem	30
09 - SANEAMENTO ECOLÓGICO COMO JUSTIÇA AMBIENTAL: a fossa ecológica do Morro da Cruz	31
10 - Da Horta para a Cidade: Replicando o Modelo	34
10.1 A horta como espaço de luta política	34
10.2 A agroecologia como prática de resistência	34
10.3 A economia popular solidária como base de sustentabilidade	34
10.3.1 Hortas Comunitárias como espaços de promoção da Economia Solidária	38
10.4 A construção de redes e cadeias como estratégia de permanência	40
10.5 A horta como espaço de educação popular	41
11 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CAPITALISMO DO COLAPSO	43
Referências	45
Notas	46

As hortas urbanas emergem não apenas como espaços de cultivo, mas como símbolos de resistência, de organização popular e comunitária, educação ambiental e auto-organização das mulheres e comunidades. São espaços essenciais na construção da soberania alimentar e na resistência frente à crise socioambiental. Elas representam a luta pela soberania alimentar, proporcionando meios para que comunidades locais possam garantir acesso a alimentos frescos e saudáveis, enquanto combatem as desigualdades sociais. As hortas urbanas assumem um papel central na luta por direitos básicos, promovendo segurança alimentar e nutricional, autonomia econômica e engajamento social.

Nesta cartilha, abordaremos como as hortas urbanas estão se organizando nas cidades, adotando práticas como a captação de água da chuva, fossas ecológicas, integração com cozinhas solidárias, auto-organização comunitária e outras iniciativas sustentáveis que ajudam a mitigar os impactos ambientais, a partir da experiência da *"Horta Comunitária Morro da Cruz"*, uma iniciativa na periferia de Porto Alegre.

A Horta Comunitária do Morro da Cruz surgiu em 2020, em meio à pandemia de COVID-19, como uma resposta concreta ao agravamento da insegurança alimentar no Brasil. O país havia retornado ao Mapa da Fome e, entre 2019 e 2022, milhões de famílias tiveram seu direito humano à alimentação violado, em um contexto marcado por retrocessos sociais e pelo abandono das políticas públicas essenciais. Essa situação escancarou e aprofundou as desigualdades estruturais, especialmente a feminização da pobreza. Foram as mulheres, principalmente negras e periféricas, que assumiram a linha de frente na luta por comida, dignidade e sobrevivência. É nesse terreno de desigualdade e resistência que a horta nasceu, tornando-se um espaço de cuidado, solidariedade e fortalecimento comunitário.

A iniciativa surgiu como parte das ações de solidariedade, conectada à Aliança Feminismo Popular, uma articulação entre a Marcha Mundial de Mulheres, Amigas

da Terra Brasil (ATBr) e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST). Quatro anos depois, com a chegada da enchente, a organização se fortaleceu e expandiu, dando origem à Cozinha Solidária Periferia Feminista, reafirmando o compromisso com a luta contra a fome e a justiça social. Essa iniciativa faz parte do Coletivo Periferia Feminista, formado por mulheres do Morro da Cruz e articulado através da Marcha Mundial de Mulheres. Em reconhecimento ao impacto dessas ações, o projeto foi reconhecido pelo Prêmio Periferia Viva, do Ministério das Cidades, em 2024, e conquistou o primeiro lugar no 1º Prêmio de Agricultura Urbana, do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2025, evidenciando o protagonismo das mulheres da periferia na construção de soluções concretas para um futuro mais justo e sustentável.

O que começou como um espaço de cultivo tornou-se um ponto de resistência fundamental, garantindo alimentação, acolhimento e dignidade em um cenário de falhas do Estado. Essa trajetória evidencia a potência da ação coletiva e a importância de fortalecer essas iniciativas em rede.

Não é só uma horta, são espaços de encontro, de fomento à autonomia das mulheres, crianças e adolescentes, fortalecimento de laços comunitários e oportunidades de atuação conjunta. Para além de respostas emergenciais, visam reforçar a importância da horta como um espaço de luta, de reflexão e construção coletiva a partir da perspectiva da economia feminista³ – uma vertente crítica da economia que propõe a reorganização radical das formas de produzir, consumir e sustentar a vida. Ao colocar no centro a reprodução social, o cuidado e os saberes historicamente invisibilizados das mulheres, essa proposta dialoga com outras práticas de resistência e transformação, como a economia solidária, que aponta para um modelo de sociedade baseado na cooperação, na sustentabilidade e na justiça social.

Hortas comunitárias são instrumentos de luta e organização popular. Nesta cartilha, apresentam-se caminhos para mobilizar pessoas, ocupar espaços urbanos de forma sustentável e enfrentar desafios como a falta de infraestrutura e a disputa por território. A cartilha apresenta como fazer e, principalmente, por que fazer. Além disso, apresentamos um breve mapeamento das hortas em Porto Alegre e região

metropolitana, fortalecendo e visibilizando a rede de iniciativas da agricultura urbana nas cidades.

1.1 OBJETIVOS DA CARTILHA

Esta cartilha tem como principal objetivo fortalecer o movimento de hortas urbanas e comunitárias, fornecendo informações estratégicas sobre sua organização, desafios e potencialidades, além de se propor a ser um guia político e mobilizador para quem deseja construir e fortalecer essas iniciativas em seu território.

Esperamos que este material sirva como inspiração para quem acredita na força da organização popular e na construção de um modelo alimentar justo, acessível e sustentável para todas as pessoas.



As hortas urbanas no Brasil surgem como resposta concreta às profundas transformações sociais, econômicas e ambientais que marcaram as cidades nas últimas décadas. O crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos trouxe desafios como a insegurança alimentar, a degradação ambiental e a escassez de áreas verdes. Nesse cenário, as hortas se consolidam como alternativas potentes, que aliam produção de alimentos, regeneração dos territórios e fortalecimento comunitário.

A relação entre campo e cidade no Brasil sempre foi atravessada por desigualdades. O êxodo rural e a urbanização desenfreada provocaram a substituição de áreas agrícolas por construções, rompendo com práticas tradicionais de cultivo e desconectando as pessoas da terra. A partir da década de 1990, com o aumento da preocupação com a qualidade dos alimentos, o impacto das mudanças climáticas e a busca por modos de vida mais sustentáveis, iniciou-se um novo movimento: a valorização da agricultura urbana.

Nesse processo, as hortas urbanas começaram a ocupar um lugar central. Mais do que produzir alimentos, elas passaram a fomentar a convivência, a solidariedade e a resistência nos territórios, fortalecendo vínculos sociais e identidades locais. Cultivar a terra passou a ser também um gesto político de reconstrução do comum e de afirmação do direito à cidade.

Com o tempo, políticas públicas começaram a reconhecer o papel estratégico das hortas urbanas na promoção da segurança alimentar e da justiça ambiental. Programas como o “Fome Zero”, por exemplo, incentivaram a criação de hortas em áreas urbanas, especialmente nas periferias, como forma de garantir o acesso a alimentos frescos, saudáveis e livres de agrotóxicos. A partir disso, comunidades inteiras se mobilizaram para plantar, aprender, compartilhar e resistir, transformando a terra em espaço de encontro e cuidado mútuo.

O avanço das hortas urbanas está diretamente ligado à articulação de redes de apoio que envolvem organizações da sociedade civil, universidades, movimentos sociais, coletivos agroecológicos e comunidades locais. Essas redes viabilizam trocas de saberes, formação política, acesso a recursos e visibilidade às experiências. O que nasce como uma prática cotidiana e territorializada se torna, assim, parte de um movimento maior de construção de alternativas ao modelo urbano excludente e insustentável.

Portanto, analisar o crescimento das hortas urbanas e comunitárias não é apenas observar uma prática agrícola, mas compreender uma potente estratégia de transformação urbana. Em um contexto de crises – climática, alimentar e social –, as hortas oferecem caminhos concretos para fortalecer a resiliência das cidades e reaproximar as pessoas da terra, da natureza e umas das outras. Um exemplo é a Horta Comunitária do Morro da Cruz, em Porto Alegre, que mostra como o cultivo urbano pode transformar não apenas o espaço, mas também as relações que o habitam.



03

SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: UM DIREITO QUE PRECISA SER GARANTIDO

A segurança alimentar e nutricional é um direito humano básico. Significa que todas as pessoas devem ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais da vida. É também um dos pilares para a construção de uma sociedade justa, igualitária e sustentável.

No Brasil, esse direito já avançou muito, mas também sofreu duros retrocessos nos últimos anos. O desmonte de políticas públicas e o enfraquecimento das redes de proteção social resultaram no retorno da fome em larga escala: em 2022, cerca de 33 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar, segundo o II VIGISAN (2023), evidenciando um retrocesso aos índices alarmantes da década de 1990. Trata-se de uma violação contínua do direito humano à alimentação adequada, com impactos profundos no presente e no futuro da população brasileira.

Um cenário inaceitável, que revela a urgência de ações estruturantes e contínuas. Com a retomada do compromisso do governo federal em enfrentar a fome, novas estratégias passaram a ser colocadas em prática. Em 2023, o lançamento do plano **Brasil Sem Fome**⁴ marcou uma mudança importante. O plano integrou diversas ações para combater a fome e a pobreza e, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), retirou mais de 24 milhões de pessoas da situação de fome e reduziu em 85% os casos de insegurança alimentar severa.

Um exemplo importante disso é o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) 2025-2027. O plano é hoje o principal instrumento de política pública nessa área e tem como meta tirar o Brasil novamente do Mapa da Fome até

2026. Meta essa superada ainda no ano de 2025, com uma articulação ampla de governo e sociedade, onde as cozinhas solidárias espalhadas pelo território brasileiro, foram imprescindíveis para sairmos do Mapa da Fome

O III Plansan articula ações em várias frentes: fortalece a agricultura familiar e agroecológica, amplia o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis, melhora os sistemas de abastecimento e garante o papel central da alimentação na saúde, na educação e na justiça social. É um plano que reconhece o papel estratégico das comunidades e dos territórios na construção da soberania alimentar.

Ainda assim, os desafios são grandes. O país precisa garantir políticas de longo prazo que protejam as populações mais vulneráveis, especialmente diante das crises econômicas e climáticas que afetam a produção de alimentos e os modos de vida.

Nesse contexto, as **hortas urbanas** se destacam como soluções criativas e transformadoras. Elas aproximam as pessoas da terra, promovem autonomia alimentar, fortalecem redes de solidariedade e ampliam o acesso a alimentos frescos, saudáveis e livres de venenos. Além disso, são uma ferramenta poderosa de educação ambiental, geração de renda e organização comunitária – especialmente entre mulheres, que são as principais protagonistas dessas iniciativas.

Construir um Brasil livre da fome passa por fortalecer políticas públicas, mas também por valorizar experiências de base que florescem nas periferias, nos quintais e nas comunidades.



04

QUEM PLANTA NA CIDADE, REIVINDICA O DIREITO DE PERTENCER

Nos últimos anos, Porto Alegre tem se mostrado um solo fértil para o florescimento da agricultura urbana e periurbana. A multiplicação de hortas e cozinhas solidárias tem sido uma resposta dos movimentos sociais e populares à grave crise alimentar. De acordo com um recente relatório do Fórum Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Porto Alegre (FAUPOA), somente na capital há 54 hortas cadastradas junto ao Fórum. Tais dados revelam um cenário no qual essas práticas extrapolam a produção de alimentos e se articulam a finalidades educacionais, de saúde, sociais e ecológicas. Esses dados, mais do que números, expressam a força de um movimento que, ao cultivar a terra dentro da cidade, também reivindica o direito de pertencer a ela. Para compor ainda mais tais dados, um mapeamento foi gerado com as ações do projeto que promove esta cartilha. Mais adiante, na cartilha, traremos uma síntese deste mapeamento.

As hortas urbanas e periurbanas são respostas concretas a um modelo de cidade historicamente excludente – e fazem isso a partir da organização popular e da coletividade. Plantar em territórios marcados por desigualdade, abandono e preconceito é ocupar o urbano com outra lógica, uma lógica de cuidado, de vínculos e de vida.

A cidade é um espaço de encontros, mas também de disputas e contradições. Nela, convivem extremos: riqueza e pobreza, visibilidade e invisibilidade. A forma como determinados bairros são vistos como “bons” ou “ruins”, “bonitos” ou “feios” reflete estigmas que expressam as tensões sociais, econômicas e raciais do nosso tempo (Carlos, 2015). Na prática, isso significa que os territórios periféricos, onde se concentram as hortas, são também aqueles onde os direitos mais básicos são negados.



Segundo Villaça (2001), a segregação urbana faz com que diferentes grupos sociais se concentrem em regiões distintas das metrópoles, consolidando desigualdades históricas, onde o poder público pouco chega, e a ausência de equipamentos, transporte e serviços básicos reforça a exclusão. E nesse vácuo institucional, as comunidades constroem alternativas. E as hortas são uma delas.



Portanto, quando falamos em hortas, não estamos falando apenas de plantar alface ou cebolinha. Estamos falando de disputar o modelo de cidade. De desafiar a lógica da escassez, do isolamento e do consumo. De propor uma urbanidade onde caibam os cuidados, os afetos, os saberes populares e a justiça social. Uma cidade onde, ao cultivar a terra, se cultiva também o pertencimento.

4.1 SÍNTESE ANALÍTICA DO RELATÓRIO SOBRE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

A crescente urbanização global, com projeções indicando que cerca de 68% da população mundial viverá em áreas urbanas até 2050, impõe novos desafios à garantia do direito humano à alimentação adequada. Nesse contexto, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) emerge como uma resposta estratégica às desigualdades sociais, aos déficits de segurança alimentar e aos impactos ambientais da vida nas cidades. O relatório em análise realiza um extenso mapeamento e avaliação das iniciativas de AUP em Porto Alegre e municípios da Região Metropolitana, oferecendo uma visão abrangente das políticas públicas, atores envolvidos, metodologias aplicadas e experiências concretas implementadas em territórios urbanos vulnerabilizados.

O documento fundamenta-se na compreensão de que a AUP é uma prática multifuncional, cujos benefícios transcendem a produção de alimentos e alcançam áreas como saúde, educação, meio ambiente e coesão social. Trata-se de uma prática que envolve diferentes modelos, desde hortas comunitárias e escolares até quintais produtivos, técnicas de aquaponia e hidroponia, criação de pequenos animais e manejo de compostagem. O caráter transversal da AUP exige uma abordagem intersetorial, integrada e territorializada, conforme defendido ao longo do relatório.

No campo das políticas públicas, destacam-se iniciativas federais recentes que buscam institucionalizar e fortalecer a AUP. O Decreto nº 11.700/2023, que institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, marca um avanço normativo ao reconhecer a importância da agricultura em áreas urbanas e periurbanas. O programa prevê desde a produção e comercialização de alimentos até o reaproveitamento de resíduos orgânicos,



com enfoque agroecológico e social. A Estratégia Alimenta Cidades, formalizada pelo Decreto nº 11.822/2023, complementa esse panorama ao orientar ações de segurança alimentar urbana, priorizando territórios periféricos e vulneráveis. Além disso, a criação de plataformas como a “Alimenta Cidades” e a proposição de legislações específicas – como os projetos de lei sobre cessão de terrenos para hortas e integração da AUP em programas habitacionais – evidenciam uma crescente valorização do tema no plano nacional.

No nível metodológico, o relatório utilizou diversas estratégias para mapear as hortas urbanas nos 14 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), incluindo contato direto com secretarias municipais, aplicação de formulários, articulação com universidades, movimentos sociais e coletivos organizados. As informações foram sistematizadas em um mapa georreferenciado (Google Earth), agrupando as hortas por município, tipo de gestão e origem institucional. Essa base de dados permite uma leitura territorial e qualitativa das iniciativas, servindo como ferramenta de gestão e planejamento urbano.

O mapa permite ainda acompanhar a evolução da paisagem e a distribuição das iniciativas de AUP ao longo do tempo, monitorar conflitos fundiários existentes, riscos de remoção ou vulnerabilidades territoriais.

O georreferenciamento facilita a conexão entre iniciativas locais. Por meio de uma base pública e visual, coletivos, ONGs, universidades e o poder público podem criar redes de troca e apoio logístico, organizar feiras locais, rotas de comercialização, compostagem comunitária e atividades educativas, além de conectar hortas a equipamentos públicos como escolas, CRAS ou UBS.

Pode ser usado como uma ferramenta para educação e participação, em escolas, oficinas e formações como recurso pedagógico, além de estimular o engajamento comunitário com o território e promover o sentimento de pertencimento, sendo suporte para processos participativos, como, por exemplo, os Fóruns Regionais do Orçamento Participativo, como base de consulta para a escolha de novos locais para hortas ou novas frentes de atuação institucional.

No total do levantamento foram identificadas 295 hortas escolares e comunitárias urbanas e periurbanas, distribuídas em Porto Alegre e municípios da região metropolitana.

O trabalho foi desenvolvido através de um levantamento exploratório, identificando experiências que são construídas de forma bastante informal por comunidades que não têm como prática o levantamento de dados, análise estatística e informações desse tipo. Esta característica dificulta que se tenha realmente um registro detalhado das informações, restringindo-se a manifestações orais. A outra questão relevante é que as iniciativas de hortas surgem por diferentes propósitos. Desta forma, no caso das escolas, muitas vezes elas têm um fim especificamente pedagógico e devem beneficiar de alguma forma os estudantes que ali estão, o corpo docente, podendo se estender de alguma forma para a comunidade através dos pais, nesse sentido mais pedagógico do que alimentar. Nas unidades de saúde, tem sido usado muito mais como uma alternativa para tratamentos e suporte psicológico, sendo a horta uma forma de prática terapêutica coletiva, de mexer na terra, de criar socialização, de trabalhar junto. Em alguns processos pelo projeto do SUS, incentivando a fitoterapia, de forma muito pontual. Pode-se perceber que são iniciativas bem limitadas, como, por exemplo, as Unidades da Restinga e Extremo Sul de Porto Alegre, que só têm uma ou duas espécies que são nativas da região nas UBSs.

Entre os principais atores mapeados, destacam-se duas iniciativas fundamentais: o Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana de Porto Alegre (FAUPOA) e o projeto acadêmico “Compreendendo a agricultura urbana em contextos metropolitanos no Brasil”, coordenado pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS. O FAUPOA funciona como um coletivo articulador de mais de 50 hortas comunitárias em Porto Alegre, promovendo ações de intercâmbio, apoio técnico, trocas de sementes, capacitações e incidência política. Suas atividades demonstram o potencial da organização comunitária para a promoção de práticas sustentáveis, democráticas e emancipadoras. Já o estudo da UFRGS, com 155 hortas mapeadas, é considerado o levantamento mais completo até o momento sobre a agricultura urbana na cidade, com destaque para o uso da cartografia participativa e a análise dos

vínculos institucionais e finalidades das iniciativas, com predominância das hortas educacionais (35,4%) e de saúde (23,2%).

Outro aspecto de relevância evidenciado no relatório é a integração da AUP com as políticas públicas de saúde, por meio das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Hortas implantadas em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), CRAS e escolas têm se mostrado eficazes na promoção de saúde mental, autonomia dos usuários e melhoria da qualidade de vida. A horta, nesses contextos, atua como instrumento terapêutico, educativo e de fortalecimento comunitário, alinhando-se aos princípios do cuidado integral e da promoção da saúde.

Assim, pode-se afirmar que as hortas escolares e aquelas ligadas a iniciativas em saúde não são de cunho produtivo, não tendo como objetivo a segurança alimentar, ao contrário das comunitárias, que têm um foco produtivo de ser uma subsistência complementar para a segurança alimentar.

Em relação aos desafios, o relatório aponta a fragmentação institucional, a falta de políticas municipais estruturadas, a ausência de financiamento estável e a dificuldade de articulação entre os diversos atores envolvidos. O reconhecimento da AUP como uma política estratégica de Estado ainda encontra entraves burocráticos, culturais e técnicos. Nesse sentido, são apresentadas recomendações que incluem: ampliação da formação técnica e apoio institucional às iniciativas; fortalecimento da governança intersetorial; criação de instrumentos legais e orçamentários específicos; e sistematização contínua das experiências por meio de plataformas digitais e bases de dados públicas.

O estudo conclui que a Agricultura Urbana e Periurbana deve ser compreendida como eixo estruturante de uma nova agenda urbana, que coloca a vida, a saúde e o meio ambiente no centro das políticas públicas. Trata-se de uma prática que contribui diretamente para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial aqueles relacionados à erradicação da fome, cidades sustentáveis, saúde e bem-estar, consumo responsável e combate às mudanças climáticas. A experiência acumulada

na Região Metropolitana de Porto Alegre constitui um modelo inspirador para outras regiões do país, demonstrando que é possível construir cidades mais resilientes, saudáveis e justas a partir do solo urbano cultivado pelas mãos da comunidade.

**Para ver o mapa completo, acesse o Google Earth, através do QR Code.
Para uso via celular, é necessário instalação do aplicativo acima citado.**



Cultivar a terra, em plena cidade, é mais do que produzir alimento. É um ato de resistência, ousadia, cuidado e transformação social. As hortas urbanas que florescem nas periferias não apenas alimentam corpos com alimentos saudáveis e agroecológicos: elas alimentam redes de solidariedade, fortalecem a organização popular e constroem caminhos concretos diante da crise socioeconômica, ambiental e alimentar que atinge, com mais força, a população periférica.

Em um contexto de mudanças climáticas, avanço da especulação imobiliária e aumento das desigualdades, essas hortas transformam o abandono em potência. Onde havia um terreno baldio, nasce um território vivo. Onde antes só havia descaso, cresce o cuidado coletivo. Cultivar nesses espaços invisibilizados como encostas ou terrenos públicos ociosos é uma forma de afirmar o direito à cidade e à vida digna.

Nas periferias, onde o Estado muitas vezes não chega com políticas de prevenção a desastres, segurança alimentar ou infraestrutura básica, as hortas são iniciativas populares que oferecem respostas reais. São espaços criados com as mãos do povo, especialmente de mulheres negras, periféricas e até mesmo, indígenas, que historicamente sustentam a vida nos momentos mais difíceis.

Durante as crises, sejam enchentes, pandemias ou carestia, as hortas demonstraram sua força como redes de apoio, acolhimento e proteção. São verdadeiras tecnologias sociais enraizadas no território, capazes de promover:

- **Autonomia alimentar**, ao garantir acesso direto a alimentos frescos, saudáveis e livres de agrotóxicos;
- **Organização comunitária**, por meio da gestão coletiva e da participação direta das moradoras e moradores;

- **Educação ambiental e política**, ensinando sobre o ciclo da natureza, o cuidado com o território e o papel de cada pessoa na transformação social;
- **Geração de renda e autonomia econômica**, especialmente para mulheres e juventude, através da comercialização solidária da produção e do beneficiamento da mesma.

Essas hortas provam, na prática, que é possível construir alternativas ao modelo de cidade excludente, desigual e predatório. São experiências que se sustentam em vínculos, saberes populares e ação coletiva. No entanto, por mais potentes que sejam, essas iniciativas não podem ser vistas como substitutas da responsabilidade do Estado.

É urgente que as hortas urbanas sejam reconhecidas como parte de uma política pública estruturante, articulada com as agendas de segurança alimentar, economia solidária, justiça climática e planejamento urbano. Isso significa garantir apoio técnico, recursos humanos, acesso à terra, infraestrutura, água, equipamentos e financiamento público para sua manutenção e expansão.

Cada horta que brota no concreto é um sinal de que outra cidade é possível: mais verde, mais justa, mais coletiva.



A agroecologia, nas periferias urbanas, é mais do que uma técnica de cultivo: é um ato político, uma prática de resistência e de cuidado com a vida. Nasce do chão duro da cidade, onde faltam políticas públicas, mas sobra força coletiva. Manifesta-se nas hortas, onde o simples ato de plantar se transforma em ferramenta de transformação social, geração de renda e reconstrução dos laços com o território.

Diferente do modelo do agronegócio, que envenena a terra, explora o trabalho e concentra riqueza, a agroecologia valoriza a diversidade dos alimentos, dos saberes e das pessoas. Ela respeita os ciclos da natureza, cuida da água, do solo e das sementes crioulas, e coloca no centro a soberania alimentar das comunidades. Cultivar sem veneno, em coletivo, de forma regenerativa e autônoma, é desafiar a lógica do lucro e afirmar o direito à vida.

Nesse contexto, as hortas agroecológicas que florescem nas bordas da cidade rompem o ciclo da fome e do abandono. Ressignificam espaços ociosos – muitas vezes terrenos baldios ou áreas de risco – devolvendo a terra ao povo e transformando o que era invisível em território vivo, pulsante, coletivo. São também espaços de aprendizado, convivência e articulação política. Mais do que plantar alimento, ali se cultivam redes de cuidado, saberes populares e resistência cotidiana.

É aí que a agroecologia se encontra com a economia solidária. Ambas compartilham princípios como a cooperação, a autogestão e o fortalecimento das relações comunitárias. A venda do excedente em feiras locais ou diretamente entre vizinhos não apenas gera renda, mas fortalece vínculos, promove inclusão produtiva e constrói autonomia.

E não é possível falar de agroecologia urbana sem reconhecer o papel fundamental das mulheres, em especial, as mulheres negras, indígenas e periféricas. São elas

que, com trabalho, saberes e afeto, sustentam esses espaços. A economia feminista nos ajuda a enxergar essa realidade: o cuidado como força estruturante da vida, e a desigualdade de gênero e raça como elementos centrais a serem enfrentados. Nenhuma transformação será justa se não reconhecer que são os corpos das mulheres que carregam, historicamente, o peso do trabalho invisível, não remunerado, fundamental para o funcionamento da sociedade.

A experiência da Horta Comunitária do Morro da Cruz, em Porto Alegre, é um exemplo concreto dessa potência. Ali, o cultivo é agroecológico, feito em autogestão, com base na cooperação. Parte dos alimentos é consumida pelas próprias famílias, outra parte é utilizada na cozinha solidária e vislumbra-se a comercialização, gerando renda para as mulheres envolvidas. Mas o que se planta ali vai muito além da comida: cultiva-se autoestima, pertencimento, consciência política e laços comunitários. É um espaço onde o cuidado se transforma em autonomia, onde a terra vira território político.

Essa é a alma da economia solidária: uma lógica que valoriza a vida acima do lucro, o coletivo acima da competição, o cuidado acima da exploração. Mas para compreender sua profundidade, é preciso reconhecer que essas experiências exigem tempo, esforço, corpo – principalmente o das mulheres. São elas que sustentam esse modelo com trabalho muitas vezes invisibilizado. Por isso, pensar agroecologia nas periferias é também fazer um chamado à justiça de gênero e à valorização do trabalho de cuidado.

As hortas comunitárias, quando lideradas por mulheres, tornam-se territórios de enfrentamento à divisão sexual e racial do trabalho. Ali se constrói autonomia econômica sem abrir mão da coletividade. São espaços onde se planta alimento, mas também se cultiva poder popular. São trincheiras de luta contra a fome, contra o apagamento das culturas populares, contra a lógica da propriedade privada que nega o direito à terra.

Cultivar uma horta, nesse sentido, é afirmar que nossas vidas valem mais do que o lucro. É dizer que, em coletivo, podemos construir um futuro mais justo, mais verde, mais solidário, enraizado nas mãos que cuidam, nas histórias que resistem, nos saberes que brotam do chão das periferias.

7.1 FORMAÇÃO DO COLETIVO

O primeiro passo para criar uma horta comunitária é reunir pessoas dispostas a construí-la, a trabalhar juntas. No Morro da Cruz, essa construção começou com um grupo comprometido com a autogestão, que depois se ampliou com a participação da comunidade. Ter um grupo de base responsável pela organização é essencial, mas o envolvimento de vizinhanças, lideranças locais e voluntárias fortalece o projeto e garante que ele responda às necessidades do território.

7.2 OCUPAÇÃO E LEGITIMIDADE DO ESPAÇO

Nem todo terreno abandonado é automaticamente reconhecido como um bem comum. Muitas hortas urbanas enfrentam resistências, tanto de moradores quanto do poder público. No Morro da Cruz, o terreno onde hoje brotam alimentos saudáveis era antes um estacionamento e um esgoto a céu aberto. Para transformá-lo em um espaço de vida, foi preciso mobilizar a comunidade e mostrar que uma horta ali tinha função social.

A legitimidade da horta se constrói no cotidiano. Algumas estratégias que ajudam nesse processo são:

- **Dialogar com a comunidade** e com organizações locais desde o início, promovendo o sentimento de pertencimento.
- **Realizar eventos abertos**, como feiras, mutirões e oficinas, que envolvam mais pessoas e fortaleçam a rede de apoio.
- **Buscar reconhecimento formal**, quando necessário, por meio de diálogo com órgãos públicos e instituições parceiras.

7.3 INFRAESTRUTURA: ÁGUA, SOLO E SUSTENTABILIDADE

Para a horta florescer, é preciso cuidar da base: **água, solo e infraestrutura.**

- **Água:** Em locais com abastecimento irregular, como o Morro da Cruz, garantir acesso à água é um desafio. A solução encontrada foi **a captação da água da chuva para irrigação da horta**. Detalharemos mais no capítulo a seguir.
- **Solo:** O solo precisa ser recuperado com matéria orgânica, cobertura vegetal e cuidados constantes. Começar o processo com uma composteira vislumbra acesso a composto/adubo para um futuro que logo virá. O solo é vida e com uma composteira mantemos essa vida pulsando⁷.
- **Infraestrutura:** Canteiros, depósitos de ferramentas e espaços de convivência são fundamentais. A construção coletiva desses elementos fortalece os laços entre quem participa.



8.1 PROJETOS DE IRRIGAÇÃO EM HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS: inserção de atividade de extensão na disciplina de irrigação e drenagem

Tecnologia social, solidariedade e extensão universitária como resposta à insegurança hídrica

O Morro da Cruz, em Porto Alegre, enfrenta um problema recorrente: **a insegurança hídrica**. Em períodos de estiagem, a água nas torneiras simplesmente não chega. Para quem cultiva alimentos em hortas comunitárias, como a do Morro, essa realidade compromete tanto a produção quanto a segurança alimentar das famílias envolvidas.

Diante desse desafio, a comunidade buscou uma solução sustentável: **a captação da água da chuva**. A técnica permite armazenar a água que escorre dos telhados em períodos de chuva, garantindo sua reutilização, especialmente na irrigação da horta. Além de aliviar a escassez, essa prática contribui para **a autonomia hídrica, a economia de recursos e o cuidado com o meio ambiente**.

Essa solução foi potencializada por meio de uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir de uma atividade de extensão integrada às disciplinas dos cursos de **Agronomia, Engenharia Civil e Engenharia Hídrica**, os alunos desenvolveram projetos de irrigação adaptados à realidade da comunidade. O sistema foi instalado com apoio técnico, diálogo com os moradores e mão de obra coletiva.

Mais do que uma intervenção técnica, o projeto se tornou um **espaço de troca entre universidade e território popular**. As moradoras que participaram da atividade levaram seus filhos para o espaço da Faculdade de Agronomia. Ali, entre mangueiras, sementes e experimentos, surgiram sonhos: algumas crianças já falavam em estudar na UFRGS e se tornar alunos dos professores com quem conviveram.

8.2 Projeto de Extensão Universitária Horticultura Urbana UFRGS

Outra ação foi executada pelo Projeto de Extensão Universitária Horticultura Urbana UFRGS, pertencente ao Programa Horticultura Urbana: promoção socioeconômica e de segurança alimentar.

Neste, um Ciclo de Oficinas foi realizado, com atividades teóricas e práticas em forma de roda de conversa, promovendo trocas de saberes entre a comunidade e a universidade. Bem como, fortalecendo a Horta como espaço de produção de alimentos saudáveis, geração de renda, convivência e aprendizado coletivo.

Nota de rodapé: A realização deste ciclo de oficinas conta com o apoio do projeto “Integração de Extensão Universitária e Pós-Graduação no Manejo de Sistemas Agroalimentares Diversificados para Promover a Qualidade do Solo, a Segurança Alimentar e Enfrentar as Mudanças Climáticas”, aprovado no Edital N° 07/2024 PROPG/ UFRGS – Extensão.

Essa experiência mostra que soluções simples podem ser transformadoras – quando combinam saber técnico, conhecimento popular e vontade política. A captação da água da chuva, neste caso, não apenas ***rega a horta: rega também sonhos, fortalece vínculos e constrói pontes entre o conhecimento acadêmico e a vida real nas periferias.***



SANEAMENTO ECOLÓGICO COMO JUSTIÇA AMBIENTAL: A FOSSA ECOLÓGICA DO MORRO DA CRUZ

Em territórios populares historicamente negligenciados pelo poder público, a ausência de saneamento básico adequado compromete não apenas a saúde da população, mas também o equilíbrio ambiental. Enfrentar esse problema é parte fundamental da luta por justiça ambiental e por condições dignas de vida.

Nesse sentido, a implantação de uma **fossa ecológica** (<https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/fossa-ecologica-tevap>) junto à Cozinha Solidária e à Horta Comunitária do Morro da Cruz, realizada através de um mutirão em parceria com a Amigas da Terra Brasil, representa mais do que uma solução técnica: é uma tecnologia social, desenvolvida a partir de saberes populares, princípios ecológicos e práticas sustentáveis.

A fossa ecológica é um sistema descentralizado de tratamento de esgoto que evita a contaminação do solo e da água, contribui para o combate a doenças e ainda respeita os ciclos da natureza. Ao contrário das fossas convencionais, que apenas acumulam resíduos, essa estrutura promove o tratamento biológico dos dejetos, sem uso de produtos químicos, com manutenção simples e baixo custo.

A instalação da fossa ecológica é um marco importante na construção da autonomia territorial e da soberania sanitária da comunidade, pois garante o funcionamento de uma cozinha solidária sem agredir o meio ambiente. Também fortalece o ciclo de sustentabilidade do território: a água tratada pode ser utilizada para irrigação de áreas verdes e o sistema não depende de grandes obras de infraestrutura urbana, tornando-se uma alternativa viável e replicável para outras comunidades periféricas que sofrem com a ausência de saneamento.

Fossa Ecológica para Coletivo Periferia Feminista - Projeto de Fernando Campos (Amigas da Terra Brasil), abril/2024



**HORTA
COMUNITÁRIA
MORRO DA CRUZ**

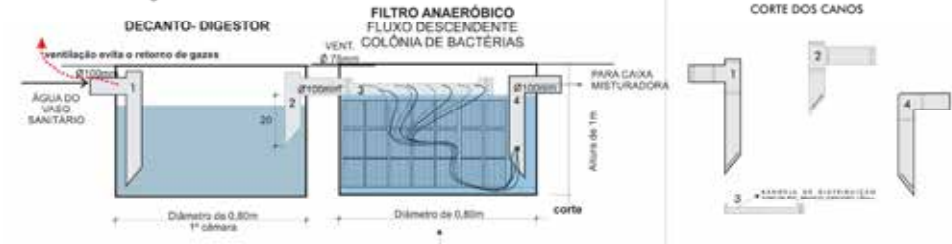


**COZINHA
SOLIDÁRIA**
PERIFERIA FEMINISTA

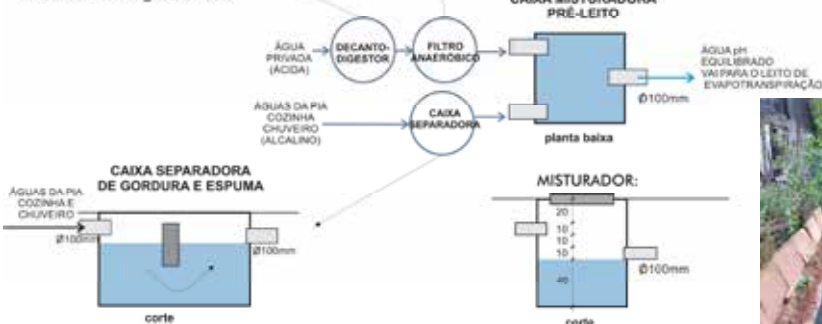


Sistema modular de saneamento com tratamento biológico

REATOR E FILTRO: Águas Escuras



DECANTADOR: Águas Cinzas



Embora cada horta comunitária tenha suas especificidades, os princípios de mobilização e organização vivenciados no Morro da Cruz podem ser adaptados e aplicados em diferentes contextos urbanos e rurais. A seguir, destacam-se alguns dos principais aprendizados que orientam a replicação deste modelo:

10.1 A HORTA COMO ESPAÇO DE LUTA POLÍTICA

Mais do que produzir alimentos, a horta é uma ferramenta de reivindicação por direitos básicos. No Morro da Cruz, o cultivo agroecológico se tornou símbolo da luta por acesso à água, saneamento, moradia digna e justiça ambiental. A horta ocupa, transforma e politiza o território.

10.2 A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA

O cultivo sem veneno, baseado no respeito à natureza e à valorização dos saberes populares, fortalece a autonomia alimentar e cultural das comunidades. A agroecologia é um instrumento de cuidado com a terra e com as pessoas, especialmente em periferias marcadas pela ausência de políticas públicas.

10.3 A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO BASE DE SUSTENTABILIDADE

A horta comunitária pode gerar renda e fortalecer a autonomia econômica, principalmente das mulheres, por meio de atividades como a produção e venda de mudas, participação em feiras agroecológicas, oficinas de culinária e transformação de alimentos, artesanato e outras práticas colaborativas. A autogestão e a divisão justa do trabalho são pilares desse processo.

Neste sentido, vamos conhecer mais profundamente os ***Princípios da Economia Popular Solidária*** e algumas ferramentas que têm uma conexão importante com a organização popular em torno da produção agroecológica nas hortas comunitárias.

Para o **CAMP**, “a Economia Popular Solidária é um processo de luta, em que os trabalhadores e trabalhadoras buscam meios para melhorar suas condições de existência. Os trabalhadores e trabalhadoras estão se unindo para fazer Economia Popular Solidária porque os frutos do Sistema Capitalista são amargos: desemprego, falta de terra para plantar, destruição do meio ambiente, ricos ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. É isso que acontece quando o dinheiro vem em primeiro lugar. Na Economia Popular Solidária o mais importante é a vida, são as pessoas, portanto a sua relação com a produção de alimentos, através das hortas, é uma expressão contundente do fazer solidário.”



Os Princípios da Economia Popular Solidária, construídos ao longo de sua história, práticas e valores sociais e de transformação que os movimentos e os empreendimentos defendem e vivenciam são: **Autonomia, Democracia, Solidariedade, Cooperação, Respeito à Natureza, Comércio Justo, Consumo Consciente, Valorização do Trabalho Humano, Valorização da Diversidade e Autogestão.**

VAMOS TRATAR UM POUCO DE CADA UM DESSES PRINCÍPIOS:

AUTOGESTÃO E DEMOCRACIA

Todos e todas os/as integrantes são responsáveis pelo processo administrativo, político e pedagógico do coletivo. Não deve existir quem manda mais ou quem manda menos, mas pessoas de referência para cada processo que envolva a organização do grupo. As escolhas são feitas em conjunto, em reuniões e assembleias onde cada pessoa tem direito de falar e votar. É a democracia de verdade acontecendo no dia a dia! As opiniões de todos valem igual, e as diferenças entre as pessoas são respeitadas. Ninguém é mais importante que ninguém.

SOLIDARIEDADE

As pessoas se ajudam de verdade. Solidariedade não é só dar uma mãozinha quando alguém precisa, mas é dividir o que se sabe, cuidar uns dos outros, ter compaixão e trabalhar junto pelo bem de todos.

COOPERAÇÃO

Ao invés de cada um trabalhar só para si, todo mundo coopera. A ideia é que, juntando forças, o grupo consegue chegar mais longe e alcançar objetivos que sozinho seria mais difícil.

AUTONOMIA

O grupo toma suas próprias decisões, que são baseadas nas experiências coletivas das relações sociais e de produção, para que a liberdade de ser e de criar não dependa de ações externas, e que a autonomia seja, de fato, exercida em sua plenitude.



RESPEITO À NATUREZA E CONSUMO CONSCIENTE

A Economia Solidária também tem a sustentabilidade no centro da sua construção. Não admite explorar a natureza para gerar lucro. Tem em sua essência o cuidado pela natureza, pela produção sustentável, ou seja, com mínimos impactos. Problematisa o consumo no marco do capitalismo. Ou seja, comprar só o necessário, evitar desperdício e preferir produtos que não agredem a natureza nem exploram as pessoas.

COMÉRCIO JUSTO

É uma prática de comercialização voltada para os valores de justiça social e solidariedade, realizada pelos empreendimentos econômicos solidários. O preço dos produtos leva em conta o valor real do trabalho e da matéria-prima, não é baseado só na competição para ver quem vende mais barato, explorando os trabalhadores.

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO

Todo trabalho é digno e importante. Não deve existir uma valorização ou reconhecimento diferente dependendo do trabalho realizado. Trata-se de valorizar trabalhos que garantam todas as dimensões para a garantia de condições dignas de vida.

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Valorização da diversidade, sem discriminar crença, cor, orientação sexual e qualquer tipo de deficiência. Mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBTQ+, pessoas com deficiência. Todo mundo tem seu valor e seu lugar no grupo.

Destacamos, também, que nos últimos anos, a Economia Popular Solidária também se reconhece como **feminista e antirracista**, por defender os direitos das mulheres e da população negra como primordial para a construção de uma nova sociedade.

A Economia Solidária defende a necessidade real e imediata de uma mudança do sistema econômico. Ou seja, promove um jeito novo de produzir, de vender, de comprar e até mesmo de trocar/intercambiar itens que porventura haja quem queira trocar.

Ao invés de colocar o dinheiro em primeiro lugar, a Economia Solidária coloca as pessoas e a vida no centro de tudo. Não tem patrão mandando e empregado obedecendo. Todo mundo constrói junto e participa da tomada de decisões. E os resultados do trabalho são divididos de forma justa entre quem trabalha.

Por exemplo, uma empresa dita comum: o patrão, ou seja, dono da empresa, fica com a maior parte do lucro, enquanto quem trabalha recebe somente o salário, valor esse que muitas vezes mal dá para pagar as contas. Na Economia Solidária é diferente: há uma divisão justa dos valores, pois quem trabalha é quem decide o que fazer e como fazer com os valores ganhos.

Outro ponto importante é que a Economia Solidária não é coisa nova inventada agora. Os povos indígenas e as comunidades quilombolas já viviam assim há muito tempo, compartilhando o que produziam, respeitando a natureza e cuidando uns dos outros. A Economia Solidária recupera essa sabedoria ancestral, destas experiências que vivem o conceito de bem-viver para enfrentar os problemas de hoje. Busca nessas sabedorias um horizonte de sociedade a trilhar.

10.3.1 HORTAS COMUNITÁRIAS COMO ESPAÇOS DE PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Por que Hortas Comunitárias são Economia Solidária?

Quando um grupo de pessoas se junta para cultivar uma horta comunitária, está colocando em prática todos aqueles princípios já apresentados:

- **Autogestão e Democracia:** O grupo decide junto o que plantar, quando plantar, como dividir as tarefas e o que fazer com o que foi colhido. Ninguém manda sozinho – as decisões são tomadas em conjunto.
- **Cooperação e Solidariedade:** Um ajuda o outro. Quem sabe mais sobre plantio ensina quem está começando. Se alguém não pode ir num dia, os outros cobrem. Se uma família está precisando mais, recebe mais da colheita.

- 
- **Respeito à Natureza:** Hortas comunitárias geralmente usam técnicas agroecológicas, sem veneno, cuidando da terra, economizando água, fazendo compostagem. É produzir alimento de verdade, saudável, com sustentabilidade.
 - **Valorização do Trabalho:** O trabalho na horta não é explorado – cada pessoa contribui com seu tempo e esforço, e todos se beneficiam.
 - **Autonomia:** O grupo decide o próprio caminho para a produção. Também conhecida por Soberania Alimentar: decide o que plantar, como plantar, pode guardar as sementes para novos plantios ou produzir seu próprio adubo, reduzindo a dependência externa.

Mais que Alimento: Construindo Comunidade

As hortas comunitárias fazem muito mais do que produzir hortifrutigranjeiros. Elas:

- **Geram renda:** que pode ser direta, quando o excedente é vendido em feiras solidárias; ou de forma indireta, quando se consome da horta e se reduz o gasto financeiro com a compra de tais alimentos.
- **Garantem segurança alimentar:** As famílias envolvidas têm acesso a comida fresca, saudável e sem veneno.
- **Fortalecem a comunidade:** As pessoas se conhecem melhor, criam laços, se ajudam não só na horta, mas em outras situações do cotidiano.
- **Transformam espaços:** Terrenos abandonados viram lugares bonitos, produtivos e de convivência.
- **Passam conhecimento:** Crianças e jovens aprendem de onde vem a comida, as técnicas de cultivo, o respeito pela natureza.

O Bem Viver Começa na Terra

Quando cultivamos uma horta comunitária com os princípios da Economia Solidária, estamos construindo, promovendo o ***“Bem Viver”***.

O Bem Viver não é sobre ter muito dinheiro ou acumular coisas. É sobre viver com dignidade, ter o que comer, estar junto com a comunidade, respeitar a natureza e ter tempo para ser feliz. É trabalhar para viver, não viver para trabalhar.

A Economia Popular Solidária e as hortas comunitárias mostram que ***outro mundo é possível***. Um mundo onde as pessoas cooperam ao invés de competir, onde a natureza é respeitada, onde o trabalho não explora ninguém.

“Na Economia Solidária o mais importante é a vida, são as pessoas. E as hortas comunitárias são sementes de esperança, que brotam do chão e nos mostram que podemos colher um futuro mais justo e solidário.”

10.4 A CONSTRUÇÃO DE REDES E CADEIAS COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA

Organizar-se em redes e cadeias é um dos objetivos da Economia Popular Solidária, pois juntas somos mais fortes e podemos produzir e comercializar com um alcance maior, gerando mais renda e autonomia para os empreendimentos. Assim são as hortas. Nenhuma horta sobrevive sozinha. No Morro da Cruz, a articulação com universidades, coletivos, movimentos sociais e outras hortas fortalece o projeto, amplia seu alcance e protege a comunidade. A construção de redes solidárias é fundamental para a continuidade e expansão das ações.

Diante disso, vamos abordar o que são as ***Redes e Cadeias na Economia Popular Solidária***. Os empreendimentos solidários possuem, no seu processo de comércio justo, lógica de articulação, trabalho e renda que possibilita alavancar os pequenos empreendimentos que muitas vezes possuíam ações locais. Essa articulação dos

empreendimentos econômicos solidários em redes e cadeias produtivas solidárias e sua participação promovem um desenvolvimento regional de empreendimentos solidários que tem possibilitado que a economia solidária hoje tenha se tornado uma grande produção econômica.

Muitas redes foram criadas e articuladas através de processos produtivos interdependentes. Uma cadeia produtiva solidária estabelece uma rede de produtos/atividades inter-relacionados entre várias atividades de um sistema produtivo, identificada por fluxos de bens e serviços que ocorrem desde a produção e fornecimento da matéria-prima até o consumo final. O objetivo de uma cadeia produtiva solidária é a apropriação coletiva dos excedentes. Um exemplo prático são as feiras regionais solidárias, onde um grupo de produtores se organiza em setores produtivos e participa coletivamente de feiras.

10.5 A HORTA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR

As hortas urbanas, quando se conectam com escolas, centros comunitários e universidades, ultrapassam sua função produtiva e se tornam espaços potentes de formação, de educação popular. Nessas interações, o cultivo da terra se transforma em ferramenta pedagógica e instrumento de construção de uma cidadania crítica, ativa e coletiva.

Ao promover o contato de crianças, jovens e adultos com práticas agroecológicas, alimentação saudável e direitos sociais, as hortas criam oportunidades concretas para a construção de um futuro mais justo e sustentável. Nesse processo, aprende-se não só sobre a terra e o alimento, mas também sobre o cuidado com o território, o valor do trabalho coletivo e a luta por dignidade.

É o que acontece no Morro da Cruz. Lá, a **rede da horta comunitária** está diretamente conectada à **Escola Municipal Morro da Cruz**, onde funciona também uma **horta-escola**. A comunidade planta na escola, e a escola se alimenta da força da comunidade. Muitas crianças que estudam ali são filhas e filhos das mulheres e famílias que cultivam a horta comunitária – um elo que fortalece tanto a rede de apoio local quanto os vínculos educativos e afetivos entre território e escola.

Neste sentido, trazemos aqui, brevemente, o que é a **educação popular** e a sua relação com o povo, com a economia popular, com a busca e a construção de uma sociedade solidária, justa e democrática. Paul Singer escreve, no Prefácio de 'Economia Solidária como Práxis Pedagógica', de Moacir Gadotti: "A ligação umbilical da educação popular com a economia solidária se deve ao fato de que esta se apoiar em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas que cabe à educação popular difundir entre aqueles que a realidade dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico que ele domina."

A educação popular e a economia popular solidária têm como ponto de partida o chão da realidade, constroem-se no fazer coletivo, na solidariedade e só têm sentido se são processos de conscientização no rumo de uma nova sociedade, formando cidadãos críticos, transformadores e solidários. A Economia Popular Solidária, como práxis pedagógica, tem na raiz o Bem Viver: a harmonia entre homens, mulheres e comunidade, a relação dialógica com a natureza, tal como vivem os indígenas.



A tarefa de construir redes locais de solidariedade e soberania alimentar tornou-se ainda mais urgente diante dos impactos das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul no ano de 2024. A emergência climática vivida agravou a insegurança alimentar, desorganizou as dinâmicas comunitárias e escancarou a vulnerabilidade das periferias frente às catástrofes climáticas. Nesse contexto de colapso, hortas comunitárias e cozinhas solidárias mostraram toda a sua potência como ***territórios estratégicos de acolhimento, cuidado e reconstrução popular***.

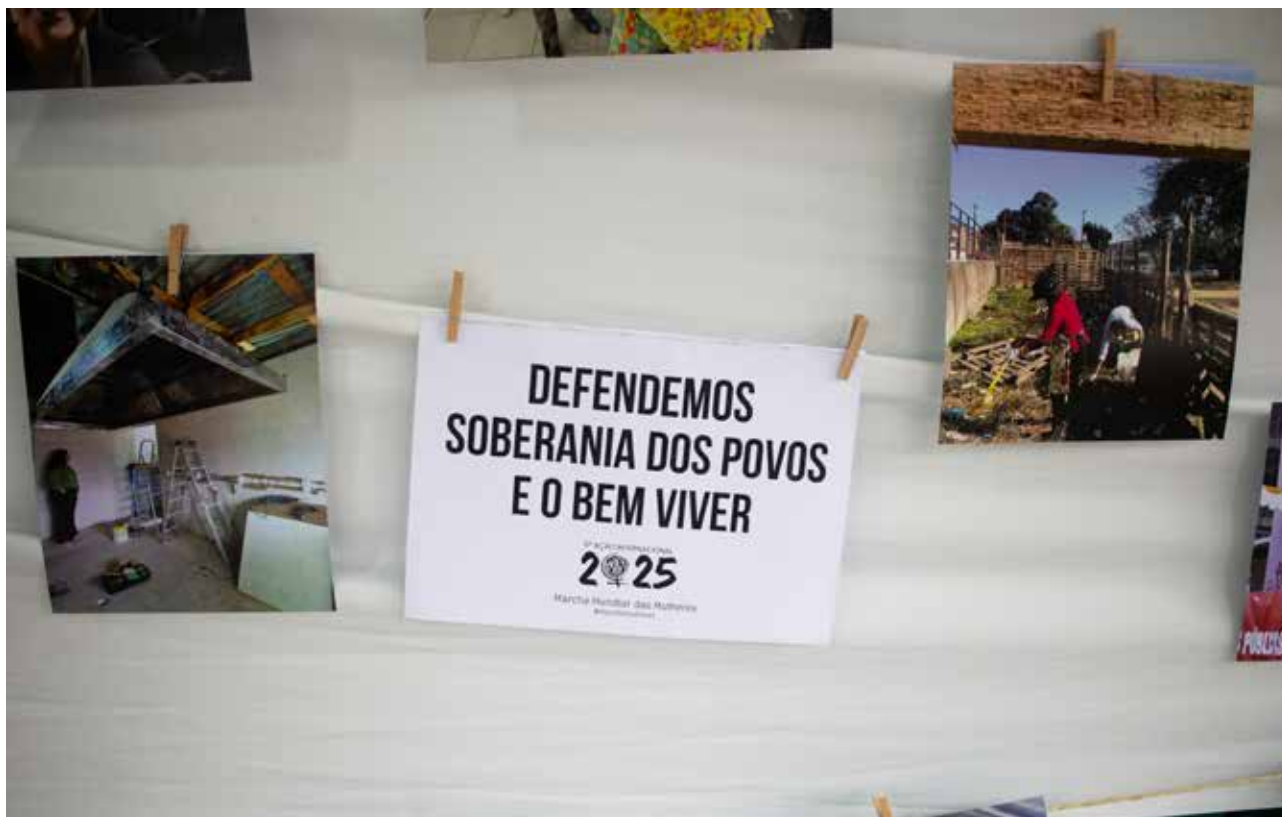
Essas experiências foram fundamentais não apenas para prover alimentos no auge da emergência, mas também como ***tecnologias sociais que sustentam múltiplas formas de vida***: promovem autonomia alimentar, organização comunitária, educação ambiental, geração de renda e economia feminista e solidária. Nesses territórios, o alimento é semente e ferramenta política: garante sobrevivência e também afirma o direito de existir com dignidade.

Essas práticas comunitárias se tornam ainda mais potentes quando enraizadas em territórios como o Morro da Cruz, uma das 142 áreas de risco mapeadas em Porto Alegre pelo Serviço Geológico do Brasil, vinculado ao Ministério de Minas e Energia⁹. A região está exposta a perigos como movimentos de massa (deslizamentos, quedas de blocos), eventos hidrológicos (enxurradas, inundações) e erosões fluviais e continentais, com graus de risco classificados entre alto e muito alto. Diante desse cenário, agravado pela crise climática, hortas e cozinhas não apenas salvam vidas – elas afirmam um outro modelo de vida possível.

Como analisa o filósofo e economista político Kohei Saito, em *O Capital no Antropoceno*, o aquecimento global não é resultado de uma “ação humana genérica”, mas consequência direta da lógica estrutural do capitalismo, que exige crescimento

ilimitado e é sustentado pela exploração desenfreada da natureza e do trabalho. Estamos, portanto, diante de uma crise civilizatória que só poderá ser enfrentada a partir de alternativas concretas, populares e anticapitalistas.

Ao resistirem às imposições do capital e, ao mesmo tempo, ***construírem novas formas de viver e produzir a partir do território***, as hortas e cozinhas comunitárias se tornam ***frentes vivas de enfrentamento às múltiplas crises do nosso tempo***. Elas nos ensinam que o combate ao colapso climático e à desigualdade passa, necessariamente, por fortalecer redes de afeto, autonomia e pertencimento – com as mulheres no centro da reconstrução. Porque em tempos de crise, cuidar é revolucionar.



REFERÊNCIAS

Cartilha ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: RESISTÊNCIA, FORMAÇÃO E BEM VIVER, Segunda edição, 2024. CAMP – Escola de Cidadania e Coletivo Diálogos de Resistência.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. 9ª Edição. São Paulo: Contexto, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SAITO, Kohei. **O Capital no Antropoceno**; tradução Caroline M. Gomes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

VIGISAN II – II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN, 2023.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

Documento: POA_CPRM_2023_Resumo_Setores_de_Risco. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/noticias/2023/04/03/AREAS%20DE%20RISCO%20-%20RUAS%20E%20TIPOLOGIA%20RISCO%20%281%29.pdf



NOTAS

1. Fontes: <https://www.gov.br/insa/pt-br/assuntos/noticias/saida-do-brasil-do-mapa-da-fome-da-onu-reforca-a-importancia-de-politicas-publicas-para-o-semiarido> e <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/28/brasil-sai-novamente-do-mapa-da-fome-segundo-relatorio-da-onu.ghtml>
2. <https://capiremov.org/analises/para-refletir-sobre-o-conflito-capital-vida-no-sul-e-no-norte-global/>
3. <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/BSF/BSF.html>
4. https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/iii-plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-aprovado/III_Plansan.pdf
5. Indicamos o Manual da compostagem caseira, que de forma simplificada explica como fazer compostagem. Porto Alegre, Departamento Municipal de Limpeza Urbana, Equipe de Reaproveitamento, 2002. 18 p. Arquivo disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/dmlu/coleta%20domiciliar/cartilhadaacompostagemcaseira.pdf - Acesso em 1/12/2024
6. <https://www.ufrgs.br/prorext/prorext-divulga-trabalhos-selecionados-para-representar-a-ufrgs-no-41o-seurs/>
7. <https://prefeitura.poa.br/demhab/noticias/habitacao-novo-relatorio-aponta-142-areas-de-risco-na-capital>





FORMAÇÃO DE AGENTES

DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

E X E C U Ç Ã O



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

